

Reajuste dos professores será a partir deste mês

CORREIO BRAZILIENSE

18 MAR 1993



Eurides encaminhou ofício a Everardo Maciel solicitando autorização

Os professores da Fundação Educacional do Distrito Federal terão aumentos salariais nos mesmos percentuais concedidos aos docentes das universidades federais. Para garantir verba e incluir esses índices já nos contracheques de março, a secretária de Educação, Eurides Brito, encaminhou ontem à tarde ao secretário de Fazenda e Planejamento do GDF, Everardo Maciel, ofício solicitando autorização do Governo Federal nesse sentido.

Este mês, as universidades federais receberam reajustes de 31,96 por cento, retroativos a janeiro e fevereiro. Um acordo firmado em dezembro do ano passado com o então ministro do Planejamento, Paulo Haddad, garantia aos servidores da Fundação Educacional a paridade nos repasses. Na terça-feira o governador Joaquim Roriz e a secretária Eurides Brito ouviram do ministro da Educação, Murílio Hingel, a promessa de manutenção do acordo. A mesma garantia foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, durante o almoço com o governador Roriz.

Os professores e funcionários da FEDF também terão direito a receber o reajuste linear do Governo Federal referente à política salarial. Os ministros Walter Barrelli, do Trabalho; Luiza Erundina, da Secretaria da Administração Federal; e Yeda Crusius, do Planejamento, tentavam ontem

chegar a um denominador comum em torno do índice, que deve ser igual ao dos trabalhadores da iniciativa privada.

O secretário de Fazenda do GDF, Everardo Maciel, fará os estudos para definir quanto será necessário para pagar os dois reajustes, ainda este mês. O GDF já tem a promessa do Governo Federal, que se comprometeu a fazer as transferências.

Paridade — A paridade dos professores da Fundação Educacional do Distrito Federal com o corpo docente das universidades federais garantirá melhores salá-

rios aos primeiros. Isto apesar da confusão provocada pela Lei 8.627/93, que alterou os vencimentos da área federal, inclusive professores universitários, e introduziu modificações também no reposicionamento, revisão das tabelas salariais de algumas categorias de funcionários públicos da administração federal, e ainda mexeu nas gratificações. De acordo com o ministro Murílio Hingel, "o Governo Federal tem todo interesse em que haja uma política bem definida para garantir o funcionamento do setor educacional no DF".